

# O coração das trevas



» RAUL JUNGMMANN  
Ex-ministro da Defesa, da  
Segurança Pública e atual  
diretor-presidente do Instituto  
Brasileiro de Mineração (Ibram)

A segurança pública no Brasil permanecerá em um beco sem saída enquanto prevalecer a política do “tiro, porrada e bomba”, exercida pelos governos estaduais, funcionalmente responsável pelo principal fator que aprofunda e resulta no crescimento do crime organizado: as prisões indiscriminadas que entopem os presídios.

Essa política, que só é pública porque se dá às vistas de todos, é a negação do sistema penitenciário como “home office” e centro de recrutamento do crime organizado — gênese, portanto, da violência e de sua estruturação.

Assim, temos “políticas de estados” — e não de Estado —, direta e funcionalmente responsáveis pela violência e insegurança que assombram os brasileiros e as brasileiras. Com o efeito colateral perverso de estimular propostas populistas que conspiram contra a democracia.

Nos debates sobre a segurança, no entanto, essa é uma questão interdita por um misto de interesses contrários, ignorância (no seu sentido estritamente léxico) e desinteresse da sociedade, que alimenta a ilusão de que da porta do presídio para dentro acabam seus problemas.

Eles apenas começam. Os que se dedicam a buscar saídas para o problema têm na recusa ao enfrentamento do tema seu maior pesadelo. A radiografia do sistema, seus números e seus resultados remetem à imagem de “Coração das trevas”, empregada pelo escritor Joseph Conrad, ao descrever a colonização africana pelos europeus no século 19.

Não há exagero aí. No espaço de maior imposição da força do Estado, onde cumprem sentenças os que cometeram variados delitos, a garantia de vida é dada pelas maiores facções criminosas distribuídas em todo o sistema penitenciário nacional. O crime organizado tem base prisional e, nela, sua fonte de realimentação, refratária a mudanças, pela inapetência de sua principal vítima, a sociedade.

Quando ministro da Segurança Pública, fizemos 33 vistorias em presídios país afora, abrangendo um total de 22 mil apenados, e constatamos que 11 mil tinham armas — ou seja, um em cada dois detentos, uma estatística que não se altera para menos. O que dispensa o detalhamento das demais regalias de que desfrutam as lideranças das facções que hoje somam, pelo menos, 70 no Brasil.

Dados oficiais registram que dos mais de 888 mil presos — de uma população carcerária que cresce a uma média de 8,3% ao ano —, 216 mil são provisórios, ou seja, sem condenação (muitos sem sequer processo), 83% sem educação básica e 36%, jovens entre 18 e 29 anos.

Desses, cerca de 40% respondem por delitos de menor ofensividade, como furtos e porte de drogas para consumo pessoal (quase sempre maconha), sem antecedentes criminais, submetidos à convivência com os de alta periculosidade.

Temos, portanto, a juventude brasileira como matéria-prima do crime, pois esses jovens garantem a sua sobrevivência filiando-se a uma das muitas facções que comandam os presídios e que respondem pelas necessidades das famílias desses presos desproporcionalmente apenados e que, dentro do presídio, comandam o crime nas ruas.



Como não temos um sistema compatível com as necessidades do regime semiaberto, esse contingente, ou vai para casa sem qualquer sanção, ou acaba no regime fechado — opção estatisticamente preferida pelos julgadores, o que confirma a conclusão de que no Brasil prende-se muito e prende-se mal.

Com o preconceito e a ideologização do debate, que trava, por exemplo, uma elemental medida saneadora — a que distinga porte para consumo de porte para tráfico, em casos de flagrante —, mantemos-nos restritos ao padrão do enfrentamento físico, em uma guerra urbana sem-fim, com arrastões policiais e medidas legislativas pontuais a cada crime de impacto na opinião pública.

Aos que confundem essa linha de raciocínio com defesa da impunidade, recomenda-se o aprofundamento na questão, pois é claro o objetivo de hierarquizar os delitos para chegar às penas adequadas e proporcionais, como é dever do Estado, por meio do Poder Judiciário.

Em nenhuma proposta formal consta qualquer menção a algo que possa ser interpretado como “passar a mão na cabeça”, premiando o erro, mas medidas adequadas a cada caso. Fora disso, é leitura enviesada e disseminada pelos que têm interesse na preservação do caos por dele desfrutarem em feudos que também se beneficiam dos efeitos do crime.

A ressocialização do preso, nesse contexto, ganha ares de ingenuidade romântica, mantendo o Estado incapaz de prover um robusto programa institucionalizado de prevenção social, a explicar — mas nunca justificar —, a neurótica visão repressiva e, por extensão, o sistema prisional como o fim da Justiça criminal.

Cesare Beccaria, um grande jurista e fundador da escola do Iluminismo Penal, no século 18, dizia que é sempre melhor prevenir do que punir. E, de fato, a melhor segurança pública é a preventiva, que se dá antes do delito, do crime, da desordem.

O contrário disso é o que temos em curso acelerado — o crescimento e a sofisticação do crime organizado, de natureza transnacional, que prospera e agrava a impotência do Estado — e já é o principal empregador em algumas regiões do país, segundo o Fórum Nacional de Segurança Pública.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circecunha.df@dabr.com.br

## Para além da caverna

Chega a essa coluna o livro *Platão e a lenda do Quinto Império*, da editora Thesaurus, escrito a quatro mãos por Rubi Rodrigues e Jônatas Rodrigues. A obra trata como é mister da filosofia, da faculdade humana de pensar. Uma atividade natural, mas que, nesses tempos conturbados, tem sido pouco, ou nada, utilizada por aqueles que poderiam resolver grande parte dos problemas atuais. É justamente essa falta de discernimento de nossa classe política que nos tem conduzido e mantido presos no vale das crises institucionais.

A filosofia, como ensina a história, foi uma atividade nascida nas praças públicas da Grécia Antiga (Ágoras) entre o final do século 7 a.C. e o início do século 6 a.C. Eram nesses espaços públicos que os cidadãos gregos, impulsionados pelo ócio contemplativo, debatiam acaloradamente temas que ainda hoje são de grande interesse para humanidade (fenomenologia).

Para os autores do livro, apesar dessa pouca atenção que se tem dado hoje à faculdade de pensar, cuja preocupação ficou restrita apenas aos acadêmicos, atualmente está postas ao alcance de todos as condições culturais e tecnológicas para que a humanidade passe a experimentar um novo ciclo do pensar criticamente o mundo ao seu redor e o papel do homem contemporâneo nessa encruzilhada que nos coloca diante de desafios como o da própria sobrevivência.

A Ágora moderna pode ser personificada como as redes sociais da internet, cujo alcance mundial tem servido à difusão dos grandes temas que afligem o planeta nesse instante. De fato, a polarização política, vivenciada no Brasil e nos Estados Unidos, é fruto dessa ação passiva do não pensar e que tem nos levado ao extremismo e à radicalização, que culminou tanto em nosso caso quanto nos Estados Unidos com atentados contra o então candidato a presidente daqui, em 2018, e norte-americano em 2024.

Mesmo antes desses acontecimentos trágicos, assistia-se a uma certa retração em relação às armadilhas das ideologias radicais. Segundo os autores, o mundo presencia, no momento, a emergência de um novo modo de pensar que se espalha intuitivamente, induzindo as pessoas, pelo menos a saber claramente o que não querem mais. Para além das radicalizações, há uma nítida evolução do discernimento humano, pois é claro que existe também um mundo muito além dos cercadinhos impostos pelas ideologias e que se estende para o infinito.

É justamente esse alargamento da visão e do discernimento humano com base, por enquanto, na intuição, que vão preparando o caminho, nesse início de milênio, que nos conduzirá a uma conquista sem volta, libertando-nos das amarras ideológicas dos séculos passados. É esse quinto império que, segundo os autores, Platão apontou em seus estudos.

O tempo em que poderemos contemplar o todo, entendendo a verdadeira constituição do mundo e da realidade, alcançando, enfim a maturidade inferencial, ou seja, feito com base nas informações que possuímos para a interpretação do mundo e da realidade. Quem sabe, deduz essa coluna, com base nessa nova visão do mundo, não estaríamos também à beira de concluir que estamos todos imersos num fabuloso matrix ou uma realidade simulada por máquinas ou alienígenas.

O fato e a obra apontam nesse sentido, é que estamos no limiar de uma era pós-ideológica. Aqueles, como nós, que têm tido a oportunidade de viver numa época de transição de século e de milênio, terão a chance de vislumbrar essa superação histórica do pensamento humano.

Sentados na popa do navio, com a lanterna em mãos, vamos visualizando os rastros deixados pelo barco nas águas do tempo. É nesse sentido que os autores dessa obra, em conjunto com outros pensadores, instituíram a Academia Platônica de Brasília para reunir os amantes do conhecimento, desejosos de entender os caminhos e destinos da humanidade.

## Grandes desafios para as escolas em 2025: como superá-los?



» RENATO CASAGRANDE  
Presidente do Instituto  
Casagrande, pesquisador,  
palestrante e escritor

A educação brasileira tem passado por transformações profundas, e 2025, marcado por mudanças substanciais e desafios acumulados, traz consigo a adoção da Inteligência Artificial, a restrição do uso de celulares nas escolas, contrapondo-se à introdução de novas tecnologias, urgência na humanização do ambiente escolar e cuidado com a saúde mental de estudantes e professores. Além disso, a implementação do Novo Ensino Médio e a constante busca pela excelência da aprendizagem dos estudantes, leva as escolas a uma necessidade premente: a de se prepararem robustamente para garantirem qualidade, segurança e inovação nos processos de ensino e aprendizagem. Os principais desafios a serem enfrentados pelas escolas em 2025 apresentam caminhos concretos para serem vencidos, conforme apresentaremos a seguir:

A implementação do novo ensino médio sancionada em 2024, a reforma do ensino médio precisa ser implementada e consolidada de forma eficaz. Muitas escolas, porém, encontram dificuldades, como a oferta desigual de itinerários formativos, a falta de infraestrutura e a desconexão com o ENEM e com a Educação Superior. Sem investimentos adequados e uma comunicação eficiente entre escolas, Ministério da Educação e universidades, há o risco de essa reforma se tornar um desafio, mais do que uma solução para o aprimoramento educacional.

Novas tecnologias na educação versus restrição do uso de celulares: a proibição do uso indiscriminado de celulares nas escolas foi um avanço significativo para melhorar a concentração dos estudantes e a disciplina em sala de aula. Contudo, é essencial que as tecnologias sejam vistas como ferramentas, não como obstáculos, pois quando utilizadas estrategicamente, tornam-se uma poderosa aliada. Para tal, é necessário haver preparação dos alunos, com diretrizes claras para o uso como recurso pedagógico, e oferecer, aos professores, formação continuada em novas tecnologias, pois muitos ainda não dominam as plataformas digitais.

Também é essencial melhorar a infraestrutura tecnológica das escolas e garantir que todas tenham equipamentos adequados e acesso à internet de qualidade.

Inteligência artificial (IA) já está transformando o ensino e exigindo que as escolas se adaptem rapidamente. Essa mudança, contudo, traz questões sobre o uso ético da IA pelos estudantes, e a prevenção de cópias automáticas de trabalhos e a dependência excessiva dessa tecnologia. Entre os desafios e oportunidades, estão a capacitação dos docentes para incorporarem a IA ao processo educativo de maneira eficaz, o desenvolvimento de políticas escolares que orientem sobre o seu uso responsável, e o desenvolvimento de formas de explorar novas metodologias de ensino que enriqueçam a aprendizagem e estimulem o pensamento crítico, integrando a IA nas práticas pedagógicas de forma ética e eficaz, com ampliação das oportunidades educativas.

Humanização da escola: a valorização integral de cada estudante coloca cada estudante no centro do processo educativo, reconhecendo-o como um ser biopsicossocial, com necessidades emocionais, sociais e cognitivas. Essa filosofia educacional busca não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o crescimento pessoal dos estudantes em todas as suas dimensões. A valorização das emoções, priorizando o desenvolvimento de relações positivas entre os membros da comunidade escolar, a promoção de ambiente acolhedor e de apoio mútuo, no qual cada aluno possa se sentir respeitado e seguro, favorecendo o bem-estar emocional e a aprendizagem, o reconhecimento das características únicas de cada estudante e a celebração de suas ideias e potenciais, o fomento da criatividade e a busca por soluções inovadoras, ferramentas para a resolução de problemas, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e de competências, fundamentais para o sucesso pessoal e profissional, o respeito à diversidade, que valoriza e integra diferentes identidades culturais, étnicas, sociais e de gênero por meio da inclusão na comunidade escolar, a promoção da autonomia e do protagonismo dos estudantes na sua aprendizagem e nas tomadas de decisões contribuem profundamente para a formação de cidadãos críticos, éticos e comprometidos com o bem-estar coletivo.

Inclusão e acessibilidade na educação: garantir o direito fundamental de todos à aprendizagem, o que independe das suas habilidades,

ou condições socioeconômicas, faz-se com inclusão na educação. Em 2025, as escolas continuam a enfrentar o desafio de tornar o ambiente educativo mais acessível e inclusivo, para que cada aluno tenha oportunidades iguais de aprender e se desenvolver. Entre as principais necessidades para que haja inclusão escolar estão a necessidade de adaptar os currículos escolares para atenderem às necessidades individuais dos alunos com deficiências, transtornos, altas habilidades e superdotação, a formação de professores para que saibam como implementar práticas inclusivas e usar recursos pedagógicos que promovam a participação de todos os estudantes e, também, a implantação de infraestrutura acessível em todas as escolas, com recursos físicos e tecnológicos que apoiem o público-alvo da inclusão.

Saúde emocional e mental de estudantes e profissionais da educação: esse tema emerge, em 2025, como uma preocupação central da educação, refletindo na necessidade urgente de que, no ambiente escolar, muitas vezes com exigências estressantes, estudantes e profissionais da educação recebam apoio para a preservação da sua saúde emocional e mental. A capacitação de educadores para a identificação precoce de problemas emocionais e/ou mentais, e a criação de políticas e práticas que promovam o bem-estar de estudantes e professores contribuem para a qualidade de vida e a produtividade escolar.

A busca pela excelência na aprendizagem: esse deve ser um objetivo constante por parte das escolas, que precisam se comprometer com o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam o engajamento dos estudantes e gerem resultados significativos de aprendizagem. Isso inclui o desenvolvimento de métodos de ensino inovadores, avaliação formativa e parcerias com os pais e outros responsáveis, com a comunidade local e com as instituições de educação superior, para o enriquecimento do currículo escolar e a ampliação das oportunidades de aprendizagem.

Esses desafios apresentados às escolas em 2025 exigem respostas inovadoras e eficazes que garantam a educação de qualidade, inclusiva e humanizada. A implementação do novo ensino médio, a integração das novas tecnologias, a valorização da diversidade, a promoção da saúde emocional e mental e a busca pela excelência acadêmica são, de fato, elementos indispensáveis para que o cenário educacional brasileiro possa ser transformado para melhor.

### A frase que foi pronunciada:

“Você é livre no momento em que não busca fora de si mesmo alguém para resolver os seus problemas”.

Kant

### Autistas

» A fila para um neuropediatra na Secretaria de Saúde do DF conta com mais de 3 mil crianças em espera. Em compensação falta pouco para se concretizar uma demanda antiga dos pais, para que professores tenham a oportunidade de receber formação específica para o atendimento a alunos autistas. Desde o ano passado, a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara aprovou o Projeto de Lei nº 3.125/24, de autoria do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que prevê formação específica para educadores que lidam com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O processo está em tramitação.

### História de Brasília

Por sua vez, o governador Parsifal Barroso pediu intervenção do Exército, que está guarnecendo o depósito, e não entrega o leite à Legião Brasileira de Assistência porque o presidente dessa organização é parente do deputado Carlos Jereissati. (Publicada em 26/4/1962)